

QUESTÕES DE GÊNERO EM AULAS DE LÍNGUA INGLESA DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA PROPOSTA CRÍTICA PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

<https://doi.org/10.29327/210932.11.1-17>

Clodoaldo Ferreira Fernandes da Silva
Universidade Estadual de Goiás - UEG, Goiás-Brasil
clodoaldoffernandes.silva@ueg.br
<https://orcid.org/0000-0002-8156-4304>

Dayanny Marins Coelho
Universidade Estadual de Goiás - UEG, Goiás-Brasil
dayannypnn@hotmail.com
<https://orcid.org/0009-0006-4857-3053>

RESUMO: Este artigo analisa a importância de abordar questões de gênero nas aulas de língua inglesa como uma estratégia eficaz para a desconstrução de estereótipos e promoção da igualdade de gênero. O referencial teórico utilizado está ancorado em Beauvoir (1967), Butler (2003), Fairclough (2008), Fernandes (2014), Foucault (2010, 2011), Louro (2014, 2016), Moita Lopes (2002, 2003) e Silva (2014). O objetivo é promover a igualdade de gênero, a inclusão e a consciência crítica entre os alunos/as, criando um ambiente de aprendizagem que desafie estereótipos e promova a compreensão e o respeito pelas diversas experiências de gênero. Conclui-se que abordar questões de gênero em aulas de língua inglesa é um desafio relevante e necessário para promover a igualdade de gênero. Ao proporcionar um espaço de reflexão crítica, os educadores têm o potencial de desconstruir estereótipos arraigados e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

PALAVRAS CHAVE: Educação básica. Igualdade de gênero. Língua inglesa.

GENDER ISSUES IN ELEMENTARY SCHOOL ENGLISH LANGUAGE CLASSES: A CRITICAL PROPOSAL FOR THE EXERCISE OF CITIZENSHIP

ABSTRACT: This article analyzes the importance of addressing gender issues in English language classes as an effective strategy for deconstructing stereotypes and promoting gender equality. The theoretical framework used is anchored in Beauvoir (1967), Butler (2003), Fairclough (2008), Fernandes (2014), Foucault (2010, 2011), Louro (2014, 2016), Moita Lopes (2002, 2003) and Silva (2014). The aim is to promote gender equality, inclusion and critical awareness among students, creating a learning environment that challenges stereotypes and promotes understanding and respect for diverse gender experiences. It is concluded that addressing gender issues in English language classes is a relevant and necessary challenge to promote gender equality. By providing a space for critical reflection, educators have the potential to deconstruct entrenched stereotypes and contribute to building a more just and egalitarian society.

KEYWORDS: Basic education. Gender equality. English language.



NOTAS INICIAIS

Acreditamos ser de extrema relevância refletir sobre o ensino de língua inglesa (LI) em sala de aula na perspectiva da linguística aplicada, pois, no momento em que ensinamos, estamos agindo na vida social e construindo pessoas e práticas sociais. Da mesma forma, compreendemos também que a linguagem muitas vezes é um dos meios de naturalizar certos preconceitos e discriminações, sendo urgente a possibilidade de repensarmos, desconstruirmos e reinventarmos maneiras de desenvolver o trabalho escolar, partindo da consciência de que não há neutralidade na linguagem e nas práticas pedagógicas.

A partir daí, compreender que as salas de aula estão cada vez mais repletas por pessoas diversas torna necessária a observação de quais discursos são reforçados e naturalizados nesse meio. Esses discursos podem gerar desconforto, exclusão, violência e sofrimento para aqueles/as envolvidos/as no trabalho escolar. O interesse pela temática surgiu devido a vivências de situações extremamente opressoras em relação às alunas dentro das salas de aula. É possível notar que a grande maioria dos alunos/as tentam sobrepor seus direitos e se mostram bastante racistas, machistas e preconceituosos durante as aulas, as quais refletem a realidade escolar na qual estamos inseridas.

O objetivo geral deste estudo é investigar, em algumas aulas de LI, como elas podem desestabilizar práticas discriminatórias machistas e/ou sexistas em sala de aula. Especificamente, intencionamos: (1) problematizar, a partir da música *Unstoppable*, de Sia, as questões que versam sobre a (des)igualdade de gênero em um ambiente escolar; (2) mapear possíveis discursos resistentes frente às hierarquias de gênero que se deslocam na escola; por fim, (3) analisar até que ponto os discursos em sala de aula podem excluir as identidades consideradas fora dos padrões hegemonicamente valorizados.

Assim, pretendemos responder a algumas perguntas duplas diretivas, a saber: a) até que ponto o gênero textual música contribui para um ensino crítico que diminua as exclusões de gênero na escola? b) De que maneira podemos promover o exercício da cidadania em ambiente escolar no que tange às produções discursivas de cunho machista?

Como referencial teórico, buscamos inspiração em Beauvoir (1967), Butler (2003), Fairclough (2008), Fernandes (2014), Foucault (2010, 2011), Louro (2014, 2016), Moita Lopes (2002, 2003) e Silva (2014), entre outros que discutem temas referentes à igualdade de gênero na escola e, neste caso, em específico, em aulas de língua inglesa em uma turma de 9º ano de uma escola de educação básica da rede estadual de ensino do estado de Goiás.

Quanto à natureza da pesquisa, o presente trabalho configura-se como um estudo de caso, evidenciando determinado evento, determinada experiência, um único caso (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; STAKE, 1999; YIN, 2005), inserindo-se no âmbito da pesquisa qualitativa, de caráter naturalístico, buscando atribuir significados a partir dos dados gerados (DENZIN; LINCOLN, 2003; MELLO; REES, 2011).

O presente artigo está dividido em quatro partes. Primeiramente, são apresentadas algumas considerações sobre a (des) igualdade de gênero e as identidades fragmentadas

em busca de um caminho para uma possível desconstrução. Na sequência, refletimos sobre a linguagem e os discursos como modo de ação, em busca de significações entre a escola e a prática social. Depois, são expostos a metodologia e o estudo.

A (DES)IGUALDADE DE GÊNERO E AS IDENTIDADES FRAGMENTADAS: UM PERCURSO TEÓRICO EM MOVIMENTO DE DESCONSTRUÇÃO

A Constituição Federal, norma de maior hierarquia do sistema jurídico brasileiro, assegura, em seu artigo 5º, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros/as a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Continua explicando, ainda no *caput* do inciso 1, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Ao observarmos a atual sociedade brasileira, contudo, é possível constatar que tal garantia não vem sendo efetivada de forma plena, uma vez que, infelizmente, ainda existe uma desigualdade muito grande entre os sexos nos mais diversos âmbitos sociais – por exemplo: até 1930, as mulheres não tinham direito de votar e, em muitos casos, prestavam os mesmos serviços, porém, ganhavam menos. Ademais, nota-se também que ocupam em menor número posições de chefia ou até cargos eletivos, trabalham mais com afazeres domésticos, e, na maioria das vezes, exercem mais trabalhos não remunerados. Logo, essa desigualdade entre os sexos tem também chegado às salas de aula, onde presenciamos diversas situações preconceituosas e machistas em que alunos do sexo masculino utilizam palavras e atos machistas para sobrepor suas ideias e opiniões.

Butler (2003, p. 26) argumenta que o conceito de gênero foi forjado como oposição ao determinismo biológico existente na ideia de sexo, que implica a biologia como um destino: “o sujeito nasceria homem ou mulher e suas diferentes experiências e lugares na sociedade seriam determinados naturalmente de acordo com o sexo que o sujeito nasceu”. Tal determinação biológica serve à naturalização da desigualdade entre homens e mulheres. Ao se naturalizar o poder, oculta-se como seus mecanismos operam, bem como a possibilidade de contestação e transformação da estrutura social. Desse modo, o conceito de gênero¹ surge, então, para afirmar que as diferenças sexuais não são por si só determinantes das diferenças sociais entre homens e mulheres, mas são significadas e valorizadas pela cultura de forma a produzir diferenças ideologicamente afirmadas como naturais. Conforme a autora salienta, a noção do gênero como construção pode também levar a um tipo de determinismo, não biológico, mas cultural.

[...] a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida

1 Sexo e gênero são conceitos diferentes. Sexo refere-se às características biológicas, como os cromossomos, órgãos sexuais e hormônios, que distinguem os indivíduos masculinos dos femininos. Por outro lado, gênero é uma construção social e cultural que se refere às expectativas e normas associadas ao que é considerado “masculino” ou “feminino” em uma determinada sociedade. O gênero é um conceito mais amplo que se refere às características psicológicas, comportamentais e sociais associadas a homens e mulheres. Enquanto o sexo é biológico e determinado geneticamente, o gênero é uma construção social que é moldada pelas normas, valores e expectativas culturais. Além disso, o gênero não é binário e pode abranger uma ampla gama de identidades de gênero, incluindo transgênero, não-binário e agênero. (BUTLER;1990)

nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER, 2003, p. 26).

Nessa perspectiva, o gênero é uma categoria teórica que se refere a um conjunto de significados e símbolos construídos sobre a base da diferença sexual, utilizados na compreensão das relações entre homens e mulheres, a que se denomina alteridade, a relação com o outro. Assim, o gênero não significa o mesmo que sexo, isto é, o sexo refere-se à identidade biológica de uma pessoa e o gênero diz respeito à sua construção como sujeito constituído por masculinidades e feminilidades. À medida que as diferenças sexuais biológicas não são naturais e imutáveis, temos um exemplo disso: as pessoas transsexuais. Com isso, torna-se possível afirmar que o gênero é determinado por acordos sociais, variando segundo as épocas e os seus padrões culturais, e pode ser modificado. As relações de poder entre homens e mulheres, assim como classes sociais, etnias e orientações sexuais estão presentes em todas as construções sociais, configurando uma rede complexa.

Para Beauvoir (1967, p. 9), “não nascemos mulher, tornamo-nos mulher”. Conforme explica a autora, a suposta escolha implícita no “tornar-se” é sempre feita no contexto de um imperativo cultural. Partindo dessa emblemática afirmação, compreendemos haver, no sujeito que nasce com vagina, por exemplo, um tornar-se a sugerir uma escolha, mas que no contexto da heterossexualidade compulsória será apresentada ao sujeito como um imperativo, uma ordem: “torne-se mulher!”, mesmo essa ordem sendo dada de forma mais ou menos sutil. Apesar de haver, no descolamento entre sexo e gênero e no “tornar-se”, um livre-arbítrio que permitiria ao sujeito, seja de qual sexo for, tornar-se homem ou mulher, essa “escolha” é feita no contexto de uma cultura e de um regime de poder que colocam imperativos aos sexos.

Nessa concepção, a liberdade de atuação segundo o próprio discernimento em relação ao gênero está em constante oposição ou negociação e relaciona-se a um conjunto de normas que dizem como devemos nos comportar, o que devemos vestir e por quem devemos sentir atraídos, tendo como base nossa sexualidade. Com isso, compreendemos, portanto, que fugimos do determinismo biológico, mas não da construção cultural que utiliza o sexo como referência e norma. Ainda sob essa visão, Butler (2003, p. 27) evidencia que “[...] não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais.”

Diante desse argumento, é possível refletir em como o corpo é envolvido pelo discurso desde a concepção: no momento do ultrassom, o enunciado “é uma menina!” ou “é um menino!” já insere o bebê no discurso cultural sobre o que é ser menino ou menina. Toda uma expectativa social é mobilizada sobre quem aquele sujeito irá desejar, do que irá brincar e de que cores serão suas roupas. Seu corpo está, desde o início, marcado por significados culturais. Nesse sentido, a autora chama a atenção para o fato de que “[...] o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva.” (BUTLER, 2003, p. 27), pois o sexo é gênero desde o começo.

Dessa forma, propõe uma reflexão que consiste em afirmar que, assim como o gênero, o sexo também é produzido por meio do discurso. Ou seja, tanto o segundo quanto o primeiro não são anteriores ao discurso: são, ao invés disso, um efeito do discurso. Sendo assim, considera que nem mesmo o sexo existe pré-discursivamente e tampouco é considerado uma substância ou essência, mas uma produção ou efeito discursivo. Diante disso, pode-se dizer que tal concepção se opõe à metafísica da substância, ou seja, à crença de que o sexo e o gênero são entidades naturais.

Em síntese, a posição da pesquisadora nos leva a refletir que há uma razão política para afirmar o gênero e o sexo como substância/essência. Faz-se necessário reiterar a substância dos gêneros dentro do binarismo masculino-feminino para apontar sua naturalidade e supor sua complementaridade, o que afirma a suposta naturalidade do desejo entre “homens” e “mulheres”. Com isso, o caráter compulsório da heterossexualidade é mascarado e o regime de poder se fortalece, já que não nos é apresentado como um regime, como uma lei imposta, e sim como um fato natural da vida. Sendo natural, como questioná-lo? Estando sua característica repressora oculta pela naturalização, como questionar a opressão de um regime político caso ele se apresente como uma lei natural ou nem mesmo como uma lei, mas como um desejo natural? Essa naturalização e essencialização do gênero e do desejo heterossexual é amplamente operada nas milhares de imagens veiculadas nas novelas, filmes, desenhos, materiais didáticos, revistas e na publicidade.

De fato, prega-se a ideia da heterossexualidade como a única forma possível de existência e, com isso, as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero de acordo com os padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero.” Por essa razão, a discussão sobre a identidade não pode vir antes da discussão sobre a identidade de gênero. Se as pessoas precisam ser reconhecidas como homens ou mulheres para “ter” uma identidade de gênero e, conseqüentemente, uma identidade inteligível, e essas categorias – homem e mulher – dizem respeito a uma produção discursiva, tem-se que a própria identidade é uma produção discursiva, um efeito do discurso. Por conseguinte, o sujeito não é anterior ao que ele manifesta; é, porém, exatamente um efeito disso. Em outras palavras:

[...] o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. [...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados. (BUTLER, 2003, p. 48).

Esse aspecto evidenciado nesse excerto torna possível compreender que “Ser homem”, por exemplo, não se trata de uma identidade masculina anterior à expressão de atos masculinos, uma vez que não existe uma identidade anterior e causa das ações masculinas. Essas ações, porém, acontecidas de forma reiterada, produzem a aparência de uma substância fixa e estável, ou seja, uma identidade masculina com a aparência de ser permanente, apesar de instável e a exigir um fazer contínuo de atos culturalmente significados como masculinos. Desse modo, concluímos que o gênero não é algo que somos,

mas algo que fazemos (SALIH, 2013) e essas práticas se constituem em linguagem e modos discursivos.

LINGUAGEM E DISCURSOS COMO MODO DE AÇÃO: SIGNIFICAÇÕES ENTRE A ESCOLA E A PRÁTICA SOCIAL

O discurso tem sido cada vez mais reconhecido como um processo de construção social. Isso quer dizer que o significado das palavras e frases que usamos é negociado e construído pelos participantes do discurso, e não é algo que é inerente à linguagem em si. Em outras palavras, o sentido das palavras e frases não é fixo, mas sim contextual, ou seja, o discurso não é apenas uma forma de comunicação, mas também uma forma de expressão cultural e social. As palavras que usamos e a maneira como as usamos refletem nossas crenças, valores e atitudes. Por conseguinte, torna-se possível afirmar que o discurso é uma forma de construir e reforçar a identidade individual e coletiva.

Para Fairclough (2008), o discurso, enquanto prática social, é influenciado pelas ideologias existentes no contexto, sendo capaz de representar hegemonias ideológicas, políticas, econômicas etc. Conforme explica o autor, a ideologia está relacionada com construções da realidade, significados próprios do mundo físico, das relações sociais, das identidades sociais, que guiam as práticas discursivas e contribuem para a produção, a reposição e/ou a transformação das relações de dominação. Logo, torna-se possível compreender que o discurso colabora para a construção de identidades sociais, de relações sociais entre as pessoas e de sistemas de conhecimento e de crença. Outrossim, apresenta a sociedade como ela é e, no entanto, possibilita também transformá-la, constituindo uma relação dialética com a estrutura social.

Louro (2016) explica que o discurso heteronormativo tem funcionado como regulador da sexualidade, mostrando que, apesar da presença cada vez maior da diversidade sexual nos diversos âmbitos sociais, inclusive na escola, o discurso de normalidade continua incluindo determinados sujeitos e excluindo outros. Ainda de acordo com a autora, outra concepção adotada nas escolas é a de que a sexualidade pertence ao âmbito privado dos indivíduos e haveria nela somente um caráter biológico e naturalista. Possivelmente, as marcas mais duradouras atribuídas às escolas não se referem aos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado, mas sim à situação do dia a dia, a experiências comuns ou extraordinárias vividas no seu interior, com colegas, com professoras e professores. Por conseguinte, as marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual.

Baseado nesse pensamento, Foucault (2011) evidencia o fato de que todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes que eles trazem consigo. Assim, discutir temas sobre a igualdade de gênero no ambiente escolar é um desafio pois, ao mesmo tempo que possibilita reflexões acerca dessa temática, mexe com as crenças pessoais podendo ocasionar

desconforto e insegurança, uma vez que a escola como espaço social também é um lugar onde circulam esses discursos hegemônicos quanto às questões ligadas à sexualidade como a lógica do binarismo dos corpos: homem-mulher, tendo em vista que tudo aquilo que se distancia do modelo é considerado anormal e, dessa forma, passível a repressões.

Consoante essa afirmação, Fernandes (2014, p.19) argumenta: “construímos significados que se repetem pela ação discursiva em que estamos inseridos/as culturalmente, ou seja, pela ação que construímos significados e não somente representamos o mundo, mas o moldamos”. Assim, entendemos que nossas ações são carregadas de sentidos que não foram determinados apenas por nós, mas sim por acontecimentos anteriores, nossas histórias, memórias, vivências, entre outros tantos fatores que estão a todo momento nos fazendo repensar e questionar nossas atitudes frente à sociedade, uma vez que influenciarmos e também somos influenciados/as por diversos discursos a circularem no contexto que estamos inseridos/as.

Levando em consideração o ambiente escolar, nesse caso especificamente, torna-se possível afirmar que, ao negligenciar temáticas que envolvem a questão da sexualidade e identidades de gênero em seus currículos, passam a reprimir os aprendizes e a determinar regras de limitações, pois passam a idealizar questões relacionadas ao sexo como algo irrelevante para ser posto em discussão. Todavia, é necessário que a escola reconheça que desempenhar um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde (física e mental), ao prazer, ao bem-estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano, é uma tarefa urgente.

Ainda nessa perspectiva, Fernandes (2014, p. 20) explica que “é nas e pelas práticas culturais e discursivas que as pessoas constituem e constroem esse mundo, no qual se fabricam as identidades e os sujeitos”. Sendo assim, o que somos e aquilo a que atribuímos o nome de identidade é determinado por meio de um emaranhado de forças, de relações de poder indissociável a esse processo, numa constante busca pela imposição de determinados significados. Nesse sentido, os discursos podem ser entendidos como histórias que, encarceradas e envolvidas umas às outras, se constituem, se completam, se fundamentam e se estabelecem a nós como regimes de verdade. Tal afirmação vai ao encontro das contribuições de Moita Lopes (2003, p. 30), quando diz temer o discurso único, “o discurso global que atravessa o mundo em tempo real, tomando as massas facilmente manipuláveis” em prol dos interesses da economia dominante. Desse modo, percebemos a importância do conhecimento e da reflexão sobre os discursos dominantes, que buscam a normalização e a normatização dos corpos e das condutas.

Louro (2014, p. 67) assinala que a tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como “natural” e se esse “natural” se refere a toda a prática pedagógica que quase sempre não é problematizada por já estar internalizada como comum e corriqueira. O poder que circula em nossas práticas pedagógicas e materiais didáticos pode ser questionado; ele próprio pode provocar a resistência e o surgimento de um contrapoder, mas essa oposição ao poder feita por professores/as e alunos/as “requer

um amplo conhecimento sobre as informações, um acesso a outras fontes de informação e uma liberdade (geralmente limitada) de desviar-se do currículo estabelecido e da tradição”, isto é, ensino exige pesquisa e estudo e uma atitude de transgressão do currículo por parte dos/as professores/as.

Nesse sentido, enquanto professores/as de línguas, é preciso que estejamos atentos/as aos impactos da linguagem na sociedade, pois é muito mais do que as palavras que proferimos, tendo em vista que a linguagem engloba um sistema complexo de comunicação e inclui diversos aspectos que tornam possível a troca de informações entre as pessoas, ou seja, é um pilar fundamental da sociedade, influenciando todos os aspectos da vida humana, desde a comunicação até a estruturação social e a transmissão do conhecimento e cultura. Ainda nessa visão, chamamos a atenção para o fato de que o professor deve estar em constante formação, nos mais variados contextos, evidenciando a linguagem e a prática discursiva, visto que muitas vezes o docente demonstra certa opinião e, em sala de aula, evidencia outra, impossibilitando uma formação crítico-reflexiva e cidadã ao discente.

Fundamentados na problematização exposta anteriormente, concordamos que o ambiente escolar se mostra, conseqüentemente, como de suma importância para a inclusão de um trabalho diversificado e interdisciplinar, ao considerar iniciativas para que o processo pedagógico venha interferir em mudanças sociais. Com isso, sabemos que a origem desse espaço se organizou ao longo do tempo, de acordo com as propostas culturais e sociais nas quais se encontram inseridos, sendo que a educação como um todo visa a sua qualidade e bem-estar. Logo, compreendemos, então, que o ser humano, ao desenvolver seu ponto de vista sobre determinados assuntos e estabelecer suas representações de mundo, estará suscetível às diversificadas influências decorrentes da linguagem, uma vez que a discussão permite a reflexão entre conhecimento e prática, proporcionando ao professor em formação uma discussão crítico-reflexiva, além da construção de um cidadão consciente de seu posicionamento e discurso.

Em suma, é preciso reconhecer que não há como manter uma atitude imparcial na educação, precisamos refletir sobre nossas práticas e ser críticos o bastante para reconhecermos que, na maioria das vezes, tais práxis nada têm a ver com política ou com a sociedade. Para solidificar esse pensamento, buscamos Freire (1997), para quem, lavar as mãos “em face da opressão é reforçar o poder do opressor”, é o mesmo que comungar com ele. Não podemos ser imparciais perante tais situações, em que o corpo das mulheres e dos homens vira mero objeto de espoliação e de descaso.

NOTAS METODOLÓGICAS E TENTATIVA DE ANÁLISE: DISCURSOS QUE SE ENTRECRUZAM EM SALA DE AULA

A pesquisa foi realizada em uma escola pública de educação básica na cidade de Morrinhos, na turma do nono ano do ensino fundamental. Participaram da investigação 16 alunos/as. A referida turma tem uma carga horária semanal de duas aulas de língua

inglesa, sendo cada uma delas de cinquenta minutos. A escolha da turma em questão também se deve ao fato de que, a primeira autora deste trabalho, enquanto professora regente nesse lugar, observou diariamente que, no decorrer de suas aulas de língua inglesa, acontecia entre os/as alunos/as situações desagradáveis, preconceituosas e machistas, nas quais os meninos tentavam sobrepor seus discursos em relação às meninas, o que causava bastante desconforto, sofrimento e humilhação.

Diante dessa situação de desconforto, a professora assumiu então o papel de pesquisadora e, portanto, observadora participante e começou a analisar criticamente os discursos dos aprendizes, bem como as ideologias presentes neles. Vale aqui ressaltar que existem várias concepções de discurso, mas, para fins deste trabalho, assumiremos algumas proposições de Norman Fairclough (2008) sobre a Análise do Discurso Crítica (ADC),² por entendermos que ela é uma observação mais profunda, que leva em consideração o contexto de produção do discurso, ou seja, analisa o discurso como prática social, e, para tal, as relações de poder, o domínio, a discriminação e o controle, além de como essas relações são mantidas através da língua. Sendo assim, o discurso reflete o local de sua produção, portanto, através dele é possível compreender o contexto social de determinada parcela de uma sociedade e todas as vertentes que possam acompanhá-lo, as ideologias utilizadas pelos grupos de domínio e quais são as estratégias discursivas utilizadas para a manutenção destas.

Considerando que o estudo se propôs a investigar como acontecem aulas de língua inglesa a partir da igualdade entre os gêneros, os instrumentos utilizados para a geração de dados foram: a) um questionário inicial, objetivando obter informações gerais dos aprendizes (nome, pseudônimo, escolhido por eles, idade e sexo) (MELLO; REES, 2011; MOREIRA; CALEFFE, 2008), assim como o registro de suas percepções sobre o trabalho desenvolvido durante as aulas, mais precisamente a produção escrita, antes da experiência; b) gravações em áudio das interações entre eles durante a realização da atividade; e c) entrevistas individuais (HOOKS, 2015; GODOY, 2006; MOREIRA; CALEFFE, 2008), após a realização da atividade proposta, para registrar as percepções dos alunos.

No primeiro momento da pesquisa, semana em que se comemorava o Dia da Mulher, foi trabalhada a música *Unstoppable*, de Sia, em áudio e vídeo, com os/as alunos/as e, em seguida, a professora, juntamente com os aprendizes, buscaram interpretar e compreender a letra da música por meio da tradução no laboratório da escola. Por três vezes, cantaram a música observando as cenas do vídeo, que mostrava a Mulher Maravilha, com sua força de mulher todo-poderosa, em virtude da sua inteligência (brilhantismo), competência, independência (autonomia), feminilidade e beleza.

Posteriormente, os estudantes retornaram para a sala de aula e, então, houve um momento de reflexão sobre as interpretações de cada um/uma diante daquelas atividades que haviam sido realizadas no laboratório. Durante o debate, as interações foram diversas e bastante relevantes, tendo sido possível desconstruir vários estereótipos e pre-

2 Na ADC, o discurso é visto como uma prática de significação de mundo e a linguagem é compreendida como sendo dialeticamente interconectada a outros elementos da vida social.

conceitos em relação à imagem da mulher existente naquele lugar. Desse modo, a professora fez alguns questionamentos sobre a opinião de alguns alunos machistas em relação a algumas atividades que eles acreditavam só poderem ser realizadas por homens, uma vez que viam a mulher como pessoas frágeis, sem força e autonomia para atuar em diversas atividades. Em sequência, após terem concluído a atividade, os/as estudantes foram entrevistados/as individualmente pela pesquisadora, encerrando, assim, as atividades desenvolvidas dentro de sala de aula.

Subsequentemente, de posse dos dados colhidos durante aquelas duas aulas, os pesquisadores fizeram as transcrições dos materiais gerados. Vale aqui ressaltar que, anteriormente à geração dos dados, toda a documentação necessária foi assinada pelos pais ou responsáveis pelos/as participantes (termo de consentimento livre e esclarecido, visto que os aprendizes são menores de 18 anos), assim como o termo de anuência pela instituição.

Conforme evidenciamos no início desta seção, a investigação foi realizada com 16 participantes, porém, durante as tentativas de análise realizada para o desenvolvimento deste estudo, trouxemos apenas uma parte das interações, pois escolhemos recortar somente algumas produções discursivas que convidam à tentativa de responder às inquietações iniciais desta pesquisa. Assim, os resultados advindos do *corpus* integral serão socializados futuramente, em pesquisa de doutoramento da primeira autora. Apresentamos os caminhos da pesquisa ao lado do objeto de análise, partindo da concepção de linguagem como uma ferramenta realizadora de ações individuais e sociais, considerando a sala de aula um dos relevantes cenários para a manifestação de ações interacionais – professor/a-aluno/a e aluno/a-aluno/a.

A seguir, a tentativa de análise dos excertos recortados.

CATEGORIA DE ANÁLISE I – A MULHER FORTE QUE ANSEIA PELA AUTONOMIA

Essa categoria refere-se à análise das relações sociais entre homens e mulheres, e como essas relações afetam o acesso das mulheres aos recursos e poder em uma determinada sociedade. O empoderamento feminino é um processo que busca dar às mulheres o poder de tomar suas próprias decisões e controlar suas próprias vidas, incluindo o controle sobre seu corpo, finanças, educação e carreira. Nesse contexto, a mulher forte que anseia pela autonomia pode ser vista como alguém que busca romper com as barreiras de gênero que a impedem de alcançar seu pleno potencial e ter controle sobre sua vida. Essa mulher pode estar lutando contra normas culturais que a limitam ou discriminação de gênero que a exclui dos recursos e oportunidades disponíveis. Assim, a análise da categoria de gênero e empoderamento feminino é fundamental para compreender as dinâmicas sociais que afetam as mulheres em sua busca por autonomia e igualdade.

[1] Mary: **Eu me senti muito bem nas duas aulas de língua inglesa** onde trabalhamos a música *Unstoppable*, **me fez sentir que sou importante**, que tenho o meu papel frente à sociedade e que assim como **a Mulher Maravilha** eu posso

ter autonomia e determinação frente às dificuldades e problemas da vida. (Grifos nossos).

[2] Medlyn: Nesta semana em que comemoramos o dia da mulher acho que as duas últimas aulas foram muito relevantes, acredito que não só neste mês nesta semana, mas em todos os dias do ano trabalhar **a força da mulher, a igualdade entre os sexos é um assunto ao meu ver muito importante** para a nós mulheres. Precisamos entender que **é na escola o lugar para discutir sobre tantos pre-conceitos que infelizmente continuam existindo na nossa sociedade.** (Grifos nossos).

Ao iniciarmos nossas análises, sentimo-nos tocados pelo primeiro discurso da aluna Mary, uma vez que ela se refere ao fato de ter se sentido como a Mulher Maravilha. Acreditamos que, assim como ela, muitas garotas acreditam que a Mulher Maravilha é símbolo de resistência e empoderamento feminino, uma heroína dos quadrinhos que inspira meninas e mulheres de várias gerações que sonham um dia ser independentes, conquistar os seus sonhos e com um mundo onde a igualdade de gênero será visível e homens e mulheres terão os mesmos direitos. Na fala da aprendente é possível perceber que ela sonha em ser forte e vencer a luta contra essa desigualdade, assim como a Mulher Maravilha, que não fica para trás de seus colegas do sexo masculino, não desistindo das batalhas. Mesmo as meninas não possuindo os mesmos poderes que a Diana Prince, elas podem levar essa força, determinação, persistência e resistência pelo mundo.

A partir desses relatos, é possível observarmos que tanto Mary quanto Medlyn deixaram suas opiniões evidentes, mostrando que gostaram das aulas e acreditam ser a escola um lugar privilegiado para tais reflexões; é possível perceber também que as alunas querem muito ser reconhecidas no lugar no qual estão inseridas e clamam para ter vez e voz neste mundo, acreditando que a própria instituição escolar pode ajudá-las a conseguir atingir seus objetivos. Ao analisarmos essa reflexão proposta por elas, é possível revisitar as contribuições de Fairclough (2008), tendo em vista que uma das características mais relevantes da teoria proposta pelo pesquisador refere-se a desvelar o discurso para que os “oprimidos” tenham conhecimento crítico sobre o que acontece. Desse modo, a língua relaciona-se com o social, sendo o domínio primário da ideologia e tanto o interesse principal como o lugar em que têm lugar as lutas de poder (FAIRCLOUGH, 2008). Nessa perspectiva, enquanto professores/as de línguas, compreendemos que o discurso dessas alunas é, para nós, um convite a repensarmos como estamos conduzindo nossas práticas pedagógicas e se de fato estamos contribuindo para uma formação cidadã e democrática, que vise à consolidação da dignidade humana que corrobora com uma sociedade igualitária e isonômica nas escolas em que atuamos. Em outras palavras, o falar precisa sempre estar conectado ao fazer e é nessa conjectura que habita a concepção de um ensino crítico de língua inglesa como transgressão e prática de liberdade, ou seja, uma abordagem contra-hegemônica que objetiva, através da língua(gem), sugerir a construção de outros caminhos e de outras realidades possíveis enquanto linguistas aplicados (MOITA LOPES, 2003).

CATEGORIA DE ANÁLISE 2 – O DIREITO A (RE) EXISTÊNCIA E AS NARRATIVAS

A segunda categoria se refere à análise das estruturas sociais que moldam as experiências de indivíduos e grupos marginalizados, bem como às práticas de resistência e às formas de expressão cultural que são utilizadas para afirmar a existência e a identidade desses grupos. Ela inclui uma ampla gama de perspectivas teóricas, que têm em comum o interesse em estudar a diversidade cultural e a complexidade das formas de opressão e resistência. Nesse contexto, o direito à (re) existência refere-se à luta de grupos marginalizados por reconhecimento e inclusão na sociedade, bem como pela garantia de seus direitos fundamentais, incluindo o direito à vida, à liberdade e à dignidade. As narrativas, por sua vez, são entendidas como as formas de contar histórias que expressam a identidade e a experiência de um grupo, permitindo que sua existência e suas lutas sejam reconhecidas e valorizadas. Assim, a análise da categoria de estudos culturais e subalternidade é fundamental para compreender a complexidade das relações sociais que moldam a experiência de grupos marginalizados, bem como as formas de resistência e as práticas culturais que são utilizadas para afirmar a existência e a identidade desses grupos. Essa categoria de análise é especialmente importante para a compreensão das lutas de grupos historicamente oprimidos, como mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQ+ e outras minorias.

[3] **Emma:** Achei extremamente importante as atividades e as reflexões que foram desenvolvidas nas duas últimas aulas de inglês, acredito ser de extrema **importância** discutir tais temas, assim como esta **eu gostaria que tivesse outras aulas que trabalhassem temas da nossa realidade, temas que fazem com que a gente fale da nossa experiência, da nossa história e de tantas questões que deixam com que sentimos diminuídas no meio em que estamos.** (Grifos nossos).

[4] **Laila:** Acredito que não só na disciplina de língua inglesa, mas em todas as áreas disciplinas precisávamos ter aulas que discutissem temas os quais convivemos diariamente e muitas vezes são deixados de lado. **Trabalhar os valores da mulher, a igualdade de gênero nas aulas de língua inglesa me fez sentir perto da minha realidade e de tantas situações de violência que já vi minha mãe passando com meu pai.** (Grifos nossos).

É possível perceber que Emma e Laila pedem que os professores/as trabalhem temas que dialoguem com a realidade de suas vidas: a primeira suplica pela sua existência, pelo seu lugar, pelo seu reconhecimento; enquanto a segunda mostra vivenciar situações machistas em casa, rogando para que sua voz e sua história não sejam deixadas de lado. A partir dos pedidos das alunas que clamam por trazer suas lutas e histórias para dentro das reflexões da sala de aula, compreendemos que o discurso vai muito além da linguagem, envolvendo aspectos ideológicos e de poder. Sendo assim, entendemos que a ideologia possibilita que relações desiguais de poder se mantenham, ou, ainda, sejam criadas. Logo, ao desvendar as ideologias por trás dos discursos, torna-se possível perceber a intenção que eles possuem e que, na maioria das vezes, não são visíveis. Dessa forma, o discurso vai além da língua, da fala e do texto, uma vez que podem ser considerados

instrumentos ou elementos discursivos. Em síntese, para compreender um discurso, é necessário extrapolar as estruturas linguísticas que nos são apresentadas, observando todo o contexto no qual ele se desenvolve (FAIRCLOUGH, 2008).

CATEGORIA DE ANÁLISE 3 – A LUTA PELA IGUALDADE E PELO DIREITO DE SER OUVIDA

Essa categoria de análise se refere às dinâmicas de poder entre homens e mulheres na sociedade, e como as mulheres são frequentemente marginalizadas e excluídas dos espaços de tomada de decisão e da possibilidade de se fazer ouvir. A luta pela igualdade e pelo direito de ser ouvida é uma luta pela inclusão das mulheres em todos os âmbitos da vida pública, política, econômica e social. Nesse contexto, a luta pela igualdade e pelo direito de ser ouvida inclui ações e demandas por igualdade salarial, igualdade de oportunidades na educação e no mercado de trabalho, igualdade na representação política e em outros espaços de tomada de decisão, bem como o fim da violência de gênero e outras formas de opressão. A categoria de gênero e empoderamento feminino é fundamental para compreender a dinâmica de poder entre homens e mulheres na sociedade e como essa dinâmica afeta a vida das mulheres. Ela é especialmente importante para entender como as mulheres lutam por seus direitos e pela igualdade, e como a luta por esses direitos pode ser efetivada.

[5] **Lia:** Eu me senti muito bem nas duas últimas aulas de língua inglesa, **pude perceber que cada pessoa tem seu valor perante a sociedade e que precisamos desfazer tantos preconceitos que continuam rondando a sociedade e principalmente as paredes da escola.** Ao meu ver assim como trabalhamos a música a qual evidenciava as qualidades da mulher e buscava desfazer o machismo entre nós, existem outras questões que gritam de necessidade para ser discutidas e trabalhadas na escola. (Grifos nossos).

[6] **Sophie:** Acredito ser de **importância**, relevância trabalhar temas como estes, não só em língua inglesa, mas em todas as **disciplinas. Penso que seja interessante aproximar o que aprendemos na escola da nossa realidade, porque desta forma o que aprendemos faz sentido nas nossas vidas.** (Grifos nossos).

[7] **Olívia:** Na minha opinião não só na semana da mulher mas em todos os dias poderiam ser trabalhadas questões como estas na sala de aula. Ao meu ver foi de muita **importância** trabalhar a igualdade de gênero nas aulas de inglês. (Grifos nossos).

[8] **Noah:** Achei bastante interessante as duas últimas aulas de língua inglesa, muitas coisas que eu pensava que eram de um jeito, mudei minha opinião diante das discussões com os colegas e com a professora. Acredito que temas como estes poderiam ser trabalhados sempre nas aulas, pois nos aproximam mais do que a gente vive no nosso dia a dia.

A partir da análise dos excertos discursivos de Lia e Sophie podemos perceber que tanto a primeira quanto a segunda buscam, por meio de seus discursos, denunciar as instituições escolares que, em diversas circunstâncias, tendem a colocar à margem as vozes de tantos aprendizes que, por algum motivo, não são ouvidos. Ademais, é possível observarmos que a escola deixou de representar o papel de instituição formadora que

possibilita o desenvolvimento do pensamento crítico do/a estudante, mas continua exercendo o papel de transmissora da ordem vigente. Por conseguinte, continua desprezando comportamentos destoantes relacionados ao gênero. É necessário ir além dos estereótipos e, então, desconstruir o preconceito camuflado existente na nossa sociedade, ou, ainda, duvidar da normatividade a oprimir os povos, a condenar os gêneros e a manter a cultura da desvalorização do ser humano, uma vez que acreditamos ser a escola uma das instituições necessárias para iniciar e problematizar essa discussão. Ancorados no exposto, rememoramos as riquíssimas contribuições de Foucault (2011), quando evidencia que nas escolas as disciplinas são moldadas a partir de uma distribuição dos indivíduos no espaço, utilizando técnicas para obter um sujeito cada vez mais submisso. O autor chama a atenção para o fato de que tais instituições muitas vezes fazem o papel inverso do esperado e, com isso, deveriam ser chamadas de “instituição de sequestro”, pois, conforme explica, há um rapto da individualidade, um controle do tempo, com esses corpos sendo, na maioria das vezes, sacrificados.

Outro aspecto muito importante nos discursos das duas primeiras alunas é a satisfação que ambas demonstram em trabalhar a igualdade entre os sexos nas aulas de língua inglesa. Lia disse que percebeu o seu valor, levando-nos a refletir e a acreditar que a aula de fato fez sentido na vida de alguém, ou seja, por meio da linguagem podemos construir sentimentos, ressignificar a vida das pessoas e até mesmo despertar a criticidade dos/as alunos/as que, muitas vezes, perdem suas vozes pelo simples fato de acreditarem que não são importantes perante a sociedade. Já Sophie pede que tal tema seja trabalhado por outros/as professores/as, o que nos leva a entender que existem, ainda, práticas pedagógicas que não levam em consideração temas relevantes na vida dos aprendizes e, ainda, que a sala de aula continua distante da realidade dos/as estudantes.

Confirma-se, nessas vozes, o anseio mútuo pelo reconhecimento e pela luta por igualdade, pela busca de seu espaço enquanto mulheres dentro de uma sociedade que, conforme evidenciam, ainda reproduz atitudes preconceituosas em relação ao ser mulher. A partir desses discursos, fica evidente como o machismo infelizmente ainda está fortemente presente no Brasil e, como os/as alunos/as mostram, nas escolas brasileiras. Sendo assim, torna-se possível afirmar ser o discurso uma prática não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2008). Dessa maneira, confirmamos que a escola consiste em um lugar favorável não só para o crescimento de julgamentos sociais baseados em referenciais hegemônicos, mas também dos que ali são produzidos, ademais de oportunizar as diferenças como causadoras das desigualdades sociais por meio de seus currículos e práticas desvinculadas da realidade dos/as estudantes. Portanto, é preciso olhar para o currículo como um campo de luta e conflito simbólico, como um espaço para ser contestado na busca da imposição de significados e da hegemonia cultural (SILVA, 2014). Desse modo, os referenciais hegemônicos fazem com que, conseqüentemente, as pessoas que não se encaixam nesses padrões passem a ser vistas como diferentes e

estranhas, tornando-se vítimas de preconceito, discriminações e violências simbólicas, institucionais e sociais.

Nas falas de Olívia e Noah, notamos que, por mais que sejam de sexos aparentemente opostos, acreditam em um mesmo ideal, ou seja, em um ensino que busque a aproximação com a realidade, de modo a contribuir para a garantia da igualdade entre homens e mulheres. Nos excertos a seguir, nos intriga que o aluno do sexo masculino também se sinta bem em trabalhar temas referentes à música e ao vídeo da Mulher Maravilha e também acredite haver uma necessidade de trabalhar temas relacionados à igualdade de gênero em sala de aula. Afirma, ainda, que muitas coisas que ele pensava de um jeito mudou naquele momento, fato que possibilitou perceber que as práticas pedagógicas dentro da sala de aula devem ser realizadas de uma forma política, crítica e democrática. Nesse contexto, o professor deve ver o/a aluno/a como um sujeito social e participativo para intervir no mundo. Ainda em relação à fala de Noah, é possível compreendermos o discurso como aquilo que, ao ser dito, provoca um resultado social. Além disso, o aluno afirma que muitas ideias que ele tinha foram mudadas a partir da discussão. Assim, é possível compreender que a produção decorrente de algo proferido pode mudar a qualquer momento.

CATEGORIA DE ANÁLISE 4 – AS MARCAS DA OPRESSÃO EM RELAÇÃO AO SER MULHER

A quarta e última categoria de análise tem como objetivo compreender as relações de gênero na sociedade e como elas afetam a vida das mulheres. Ela inclui uma variedade de teorias e métodos que buscam analisar a opressão enfrentada diariamente, incluindo o patriarcado, a desigualdade de gênero e outras formas de discriminação e exclusão. Nesse contexto, as marcas da opressão em relação ao ser mulher referem-se às formas como as mulheres são submetidas à violência, à exploração, ao assédio, à objetificação e a outras formas de opressão baseadas no gênero. Essas marcas podem ser evidentes na vida cotidiana, no trabalho, na educação, na política e em outros âmbitos da vida. A categoria de estudos de gênero e feminismo é fundamental para compreender as dinâmicas de poder entre homens e mulheres na sociedade e como essas dinâmicas afetam a vida das mulheres. Ela é especialmente importante para entender as diferentes formas de opressão que as mulheres enfrentam, bem como as estratégias de resistência e as lutas por direitos e igualdade de gênero.

[9] **Willy:** Achei bastante interessante trabalhar a igualdade de gênero e valores positivos relacionados às mulheres. Tenho uma admiração imensa pelas lutas das mulheres, ao tentar serem vistas e respeitadas. Fui criado desde criança por uma mulher, cresci sem a presença do meu pai, que me abandonou ainda quando bebê, nunca me procurou e minha mãe foi os dois pra mim, por isso acho que é muito importante trabalhar temas assim na sala de aula.

[10] **Louis:** Eu gostei muito de trabalhar a música *Unstoppable* e depois as reflexões relacionadas à igualdade de gênero nas aulas de inglês. Fui criado durante a minha vida inteira por mulheres, meu pai faleceu quando eu ainda era criança e desde então minha mãe que fez tudo por mim, o que minha mãe não conseguiu

fazer minha avó completou. Por isso reconheço os valores das mulheres e acredito que precisa haver igualdade entre os sexos, não é o órgão genital com o qual nascemos que faz com que sejamos melhores ou piores que o outro.

A partir das falas dos alunos Willy e Louis é possível notar que a ideia do homem provedor, ou seja, o caráter patriarcal atribuído pela sociedade ao homem desde a criação humana é, nesse caso, desestabilizada, uma vez que ambos os alunos relatam terem sido criados apenas por mulheres, sem a figura do pai no lar. O primeiro traz um depoimento muito sensibilizador e relata que foi abandonado pelo pai, tendo a mãe desempenhado os dois papéis; por esse motivo ele admira muito a figura feminina. Já o segundo também compartilhou conosco a sua triste história, ao contar que perdeu o pai enquanto ainda era criança: sua mãe e sua avó que o conduziram durante toda sua vida. Consoante os depoimentos apresentados, retomamos as contribuições de Fernandes (2014), quando diz que as relações sociais são construídas histórica e culturalmente e, ao construirmos significados, esses se repetem pela ação discursiva. Desse modo, torna-se possível compreendermos que o poder se exerce sobre as palavras e as coisas, logo, a fala dos aprendizes rompe com o ranço patriarcal dos binarismos existentes entre o ser homem e o ser mulher na sociedade a qual estamos vivendo, provando e justificando a relevância do trabalho desenvolvido nas aulas.

Ao analisarmos essas falas, se torna extremamente relevante problematizarmos a figura da mulher que, até pouco tempo, era tida apenas como elemento secundário, mas, atualmente, é possível constatar e justificarmos que a mulher, em muitos casos, especialmente nos descritos anteriormente, exerce cada vez mais um papel de protagonista, apesar de ainda sofrer com as heranças históricas do sistema social patriarcalista em seu dia a dia. Sendo assim, enquanto professores/as precisamos, pois, combater a cultura machista na sociedade; e isso, porém, não significa “combater os homens”, mas sim melhorar o acesso das mulheres aos serviços/produtos da sociedade, tais como lugares de trabalho, cargos elegíveis, promoção de melhores salários, efetivação do direito da mulher sobre o seu próprio corpo e sobre a sua liberdade individual, além da concretização da proteção de mulheres ameaçadas em seus cotidianos. Reconhecemos que os desafios são grandes, contudo, quanto menor for a resistência das pessoas no sentido de problematizar ou combater questões femininas, maior e melhor será a concretização de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa consiste em uma tarefa a ser realizada por toda a sociedade, tanto pelas mulheres quanto pelos homens.

NOTAS FINAIS

Retomamos, aqui, os primeiros passos desta investigação em busca de respostas às nossas inquietações iniciais. Na pausa parcial desta investigação, refletimos sobre as contribuições da caminhada para o nosso crescimento, a fim de apontar novos direcionamentos e propor outros desafios, uma vez que a busca continua e continuará enquanto a inquietação fizer parte de nossa prática política de existência. Ao procurarmos as

apreensões diante das questões iniciais, compreendemos haver uma realidade pouco estimulante para se aprender inglês em uma escola pública, onde diariamente ouvimos os/as alunos/as questionarem. Acreditamos na necessidade de trazermos atividades que incitem os/as educandos/as a trabalharem gêneros textuais que comunguem com a realidade vivida por cada um/a.

Assim, a partir da nossa reflexão, foi possível identificar as relações de poder e ideológicas que existem dentro da linguagem e, portanto, entender como o discurso pode afetar a igualdade de gênero. Para analisar tal questão através do discurso, é necessário primeiro identificar os discursos que promovem a igualdade de gênero e aqueles que a impedem. Em seguida, é preciso examinar as estruturas linguísticas e os contextos sociais em que esses discursos ocorrem. Uma análise crítica do discurso pode revelar como o discurso pode reforçar as desigualdades de gênero, por exemplo, através da linguagem sexista ou estereótipos de gênero. Por outro lado, também pode revelar como o discurso pode promover a igualdade de gênero, por exemplo, através do uso de linguagem neutra em termos de gênero ou de uma representação mais igualitária de homens e mulheres em diferentes contextos. Além disso, a análise do discurso também pode revelar como as estruturas linguísticas e os contextos sociais podem afetar a igualdade de gênero. Por exemplo, o uso de certas palavras ou estruturas linguísticas pode enfatizar a posição subordinada das mulheres em relação aos homens, enquanto a mudança dessas estruturas pode promover uma maior igualdade de gênero. Da mesma forma, a análise do discurso pode revelar como os contextos sociais, como a cultura ou a política, podem afetar a forma como os discursos sobre a igualdade de gênero são construídos e interpretados.

Nesse contexto, foi possível constatar que a música utilizada não somente proporcionou estímulos, como também despertou, nos/as estudantes, sentimentos capazes de mudar sua postura diante de situações vivenciadas, inclusive, contribuindo na sensibilização e permitindo que o ensino acontecesse de forma mais significativa. Em suma, a música configurou-se como um elemento importante, que contribuiu para uma educação crítica e reflexiva. Além disso, como foi trabalhada em harmonia com o tema da igualdade de gênero, mostrou o poder de auxiliar os/as estudantes a desenvolverem habilidades importantes, como a produção, a compreensão e a escrita de textos em inglês.

Dessa forma, acreditamos que o processo de ensino-aprendizagem com o uso do gênero textual música pode fazer com que a apropriação do conhecimento aconteça de forma mais real para os/as estudantes, proporcionando o desenvolvimento de habilidades de leitura, oralidade e escrita e, conseqüentemente, a ampliação do vocabulário, dos conhecimentos linguísticos, além de um vasto aprendizado cultural, afinal, é o discurso em contexto de produção e a linguagem em movimento de prática social específica e situada historicamente.

Compreendemos, a partir dos discursos analisados, que o/a professor/a aparece diante desse cenário como figura indispensável, pois, ao planejar nossas práticas, precisamos repensar as nossas ações enquanto educadores/as.

Ao final deste estudo, nos colocamos diante de diversos questionamentos, dentre os quais nos perguntamos se, de fato, antes de falar inglês ou ensinar uma segunda língua, estamos falando a “língua” desses aprendizes. Há eventos prazerosos de comunicação diante das aulas que não se postulam críticas? Até que ponto as nossas aulas, carregadas de possíveis estruturas (des)conexas, versam sobre a realidade cotidiana? Será que em nosso ambiente escolar temos promovido os letramentos sociais que emancipam as pessoas e as tornam cidadãos críticas de suas próprias existências? É preciso mais tempo para, então, avançar nas discussões, ainda que, nesse momento, as consideremos (in)conclusivas, tendo em vista a nossa delimitação de espaço ao qual nos postulamos a produzir.

Continuemos a caminhada...

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. São Paulo: Routledge, 1990.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. The discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (eds.). *The landscape of qualitative research*. 4. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2013, p. 1-41.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- FERNANDES, C. F. **Diversidade sexual na escola: o “normal” e o “anormal” em discursos de professores**. 2014. 139f. Dissertação de Mestrado. Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2014.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, Christiane K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. São Paulo, Saraiva, 2006, p. 17-19.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 38-40.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MELLO, H. A. B.; REES, D. K. A investigação etnográfica na sala de aula de segunda língua/ língua estrangeira. **Cadernos do IL**, n. 42, junho de 2011, p. 30-50.
- MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- MOITA LOPES, L. P. A Nova Ordem Mundial, os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Ensino de Inglês no Brasil: a base intelectual para uma ação política. In: BARBÁRA, L.; RAMOS, R. C. G. (org.). **Reflexão e ações no ensino-aprendizagem de línguas**. Campinas: Mercado de Letras, 2003, p. 39-45.
- MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia científica para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

STAKE, R. E. Case studies. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (eds.). *Handbook of qualitative research*. London: Sage, 1999, p. 132-137.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.